

Um discurso feminizado e feminizante: o francesismo como alvo de crítica n'*O Primo Basílio*

Chenxi Fu

University of California, Santa Barbara

Resumo: Eça de Queirós é muitas vezes criticado como um escritor estrangeirado ou afrancesado por factos biográficos, temáticos e estilísticos. No entanto, será gratuito estabelecer a equivalência entre a presença de elementos franceses na escrita e uma mentalidade desnacionalizada. Neste trabalho, vai-se desmentir o francesismo entre outras acusações e examinar a representação da França dentro do projeto sócio-nacional que Eça receita para o Portugal em decadência. Veremos que o francesismo constitui sempre um elemento negativo na escrita queirosiana, não só na sua última fase, mas também nos seus primeiros romances naturalistas como *O Primo Basílio*. Trata-se de uma força discursiva ao mesmo tempo feminizada e feminizante, responsável pelos vícios nacionais detectados nos homens e mulheres portugueses, cuja cura só se encontra na chamada virilidade do corpo e do pensamento (como o próprio Eça define e formula nos seus ensaios). Neste sentido, o adultério n'*O Primo Basílio* até passa a ser uma metáfora sexualizada da relação civilizacional entre Portugal e as grandes potências europeias no século XIX.

Palavras-chave: francesismo, provincianismo, masculinidade/virilidade, *O Primo Basílio*

Tomando o “problema do adultério” como tópico central, *O Primo Basílio* constitui naturalmente uma censura do temperamento da mulher portuguesa, não deixando de manter certa consistência com a posição tomada n’*As Farpas* enquanto crítica social. Trata-se de um livro rico no sentido artístico, sociológico e ideológico, pois a representação naturalista da história amorosa atinge não só o nível social, mas também o nacional. Por isso, Eça de Queirós é, mais uma vez, condenado como um escritor desnacionalizado. No entanto, mesmo contando com a prolongada estadia de Eça nos territórios europeus fora de Portugal, a crítica e caricatura do próprio país não necessariamente implica uma mentalidade alienada à pátria. O trabalho presente, então, visa examinar, mais objetiva e originalmente possível, a imagem da França para Eça de Queirós e o verdadeiro valor da representação dessa civilização central da Europa da época dentro do projeto sócio-nacional de Eça sugerido na sua *oeuvre*. No caso específico d’*O Primo Basílio*, veremos no retrato da protagonista Luísa, entre as outras personagens, não apenas os vícios da classe média lisboeta, mas mais importantemente uma metáfora das posições relativas entre Portugal e as outras civilizações europeias.

1. O francesismo e as outras acusações

Terá sido injusto dizer que Eça é, afinal, um escritor estrangeirado? Pelo menos, os factos biográficos não o contradizem. Aos 24 anos, já viajou ao

Oriente, inclusive Egito e Palestina. Ao longo da sua carreira diplomática, iniciada em 1873, exerceu o cargo de cônsul de Portugal em Havana, Newcastle, Bristol e Paris, onde permaneceu mais de uma década antes de morrer na terra estrangeira. Apesar de escrever em língua portuguesa, esteve na posição privilegiada para viajar pela Europa, viver os eventos europeus e respirar a arte cosmopolita, com a sua maturidade literária conseguida durante a estadia na Inglaterra vitoriana. Em *A Companion to Portuguese Literature*, Teresa Pinto Coelho introduz Eça como “A European Writer”, não só por ser homem bem viajado, mas principalmente porque incorpora na escrita numerosos tópicos comuns dos intelectuais contemporâneos que viviam no centro da cultura europeia, bem como a crise do Naturalismo, a decadência cultural e racial, a questão imperial, reflexões sobre ciência e progresso, etc. (131). Na qualidade de escritor naturalista e, ao mesmo tempo, crítico social, Eça só pode ser devidamente interpretado na sua integralidade dentro do contexto europeu *fin-de-siècle*.

No entanto, o cosmopolitismo que marca a vida e a obra de Eça pode chegar a ser tão notável que às vezes prejudica a apreciação da arte queirosiana. O questionamento mais direto e mais radical é destinado à questão da originalidade. De facto, o próprio Eça nunca pretendia negar a influência literária e cultural que devia ao mundo exterior, sobretudo, à França. É por isso que o termo “francesismo” tem veiculado, a maioria das vezes, na crítica queirosiana como um comentário negativo, que se poderá transformar na acusação da desnacionalização e, até, do plágio. Numa carta muito citada, confessa francamente Eça, “Os meus romances no fundo são franceses, como eu sou em quase tudo um francês – excepto num certo fundo sincero de tristeza lírica, que é uma característica” (*Correspondência*, 331). Castelo Branco Chaves descreve o francesismo em Eça de uma maneira mais radical. Embora reconheça a peculiaridade do seu génio, tanto o homem como a obra de Eça parece-lhe totalmente francês: “Franceses os seus romances, são-no pela técnica, pelo espírito [...]; são-no pela ironia tão subtil e especiosa [...] e Eça é, em *quasi tudo*, um francês, pelo seu espírito, pelo seu temperamento, pela sua cultura” (9).

Na verdade, desde o tempo das *Prosas Bárbaras*, Eça já revela em si traços flagrantes da influência da letra francesa, como, por exemplo, Gérard de Nerval, Charles Baudelaire e Victor Hugo. As observações da publicação queirosiana já geravam acusações do plágio na vida do autor, tendo-se reparado na sombria afinidade temática e estilística entre *O Realismo como Nova Expressão da Arte* e *Du principe de l'arte et de sa destination social* de Proudhon, entre *O Crime do Padre Amaro* e *La faute de l'abbé Mouret* de Zola, entre *O Primo Basílio* e *Madame Bovary* de Flaubert, etc. E como se sabe, a polémica permanece e cresce depois da morte do escritor. Passaram duas décadas desde 1900 quando João de Meira Guimarães elaborou uma lista comprida de excertos recolhidos da obra queirosiana, os quais evidenciam claramente os temas e ideias que Eça “pede emprestados” dos seus precursores e contemporâneos, entre quem testemunhamos a presença

de Baudelaire, Renan, Flaubert, Verne como contribuintes implícitos para a magnitude do escritor português.¹

Além do suspeito do plágio, ou pelo menos, da falta da originalidade, o francesismo na escrita de Eça traz-lhe o rótulo indesejável do provincianismo, acusação ainda mais grave não ao nível ético mas sim artístico, supondo uma criação literária naturalmente degradada pela admiração do autor/pensador pela civilização francesa, consequente do seu *background* cosmopolita. Uma das críticas mais ferozes e injustas é de Fernando Pessoa:

O exemplo mais flagrante do provincianismo português é Eça de Queirós. É o exemplo mais flagrante porque foi o escritor português que mais se preocupou (como todos os provincianos) em ser civilizado. [...] O provincianismo vive de inconsciência; de nos supormos civilizados quando o não somos, de nos supormos civilizados precisamente pelas qualidades por que o não somos. (159)

Para o poeta, a falha de Eça é pretender retratar um Portugal periférico de um ponto de vista supostamente civilizado, sem tomar consciência do que é inevitavelmente provinciano. É por isso que Pessoa nega a Eça o título do verdadeiro artista e só o reconhece como “um jornalista, embora brilhante, de província”.

Não se sabe precisamente que tipo de leitura da obra queirosiana levou Pessoa para tal conclusão desprezadora. Na verdade, o triste facto é que o preconceito permanece até o nosso tempo, mesmo nos críticos melhor lidos. Harold Bloom, por exemplo, embora englobe Eça de Queirós em *Genius* entre os mais ilustres autores ocidentais e elogie o seu talento novelesco, não consegue escapar à leitura mais estereotipada da “França” em Eça:

Queiros loved Balzac and Flaubert, and their France, with an equivocal and evasive passion. Ironist as he was, he realized that his France was a metaphor, despite his long residence in Paris. The metaphor stood for everything lacking in the Portugal of the second half of the nineteenth century, which makes it a large metaphor indeed. (565)

De acordo com o definidor do “Cânon Ocidental”, a França de Eça é antes uma representação, uma invenção, uma utopia, a qual constitui uma antítese da realidade portuguesa, que se encontrava na decadência cultural e política. Entretanto, uma leitura completa e objetiva do *corpus* textual implicará que Eça tem plena consciência da ironia em todas as linguagens que idealizem a França.

¹ Veja-se *Influências Estrangeiras em Eça de Queiroz* (Vila Nova de Formalição: Tipografia Minerva, 1912).

Veremos que o chamado francesismo terá sido um sintoma manifestante da época que aflige o próprio Eça, cujo projeto da regeneração nacional seria tudo senão afrancesar Portugal.

2. Desmentir o francesismo, o plágio e o provincianismo

Como João de Meira Guimarães sugere com a sua lista de comparação, dificilmente Eça de Queirós pode ser contado como um escritor português, pois qualquer indivíduo que leia *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio* (1878), *A Relíquia* (1887), *A Cidade e as Serras* (1907), ou *Os Maias* (1887), tornar-se-á consciente da influência das obras “irmãs” francesas. E para definir Eça como um autor totalmente alheio à civilização portuguesa, críticos como Guimarães ainda tentam demonstrar a ignorância de Eça das tendências culturais e condições sociais do Portugal do século XIX. Além dos romances com temas e abordagens “emprestados”, *A Correspondência de Fradique Mendes* também não passa de uma imitação do similar fenômeno francês. Isso, obviamente, é a observação mais superficial, como Frederick M. Nunn comenta (104).

Quanto à acusação do plágio, é opinião comum que Eça apenas adapta, em vez de copiar, os temas já tratados dos antecedentes ou contemporâneos. Como António Cabral afirma, Eça de Queirós não é tão bom um criador como observador, “dotado do grande poder de transmissão aos seus leitores” (385). Segundo Nunn, talvez o “crime” de Eça seja que ele é ambos, o criador e o adaptador, representando a sua geração de Portugal tão bem como a cultura integral do tempo.² Neste sentido, Eça de Queirós é, ao mesmo tempo, português e universal.

Isso leva-nos logicamente à oposição entre o cosmopolitismo e o provincianismo. É interessante Álvaro Manuel Machado supor duas dicotomias na história da literatura portuguesa: 1) francesismo versus iberismo, 2) francesismo versus provincianismo. Compreende-se o francesismo emergente depois da Restauração de 1640 como uma reação contra a assimilação espanhola, quer dizer, a França era a imagem do estrangeiro que os portugueses necessitavam para formular uma sólida recusa do iberismo. Uma outra razão conecta a primeira dicotomia à segunda: “o iberismo criava-nos um complexo de provincianismo, fazia-nos sentir uma província cultural da Espanha” (Machado, 13). Como resultado do esforço e construção de Eça entre muitos outros, a França, sobretudo no século XIX, era vista o núcleo da civilização europeia, com a cidade de Paris como o centro cosmopolita donde se radiava a cultura pioneira de todo o mundo ocidental. Para simplificar, a França representava exatamente o contrário do provincianismo, não só para Eça, mas para Portugal todo.

Sendo assim, não parece injusto lembrar que ter-se-ia corrido o risco de tornar Portugal uma província cultural da França. E a literatura portuguesa

² Nunn, p. 104.

da altura bem poderia constituir uma manifestação da síndrome desse novo “provincianismo”. Na vida, Eça já faz caso dessa acusação amplamente existente e replica a tal provocação com essa fórmula alertante: “*Portugal é um país traduzido do francês em calão*” (“O ‘francesismo”, 813). N’*A Correspondência de Fradique Mendes*, exprime-se a mesma ideia na mesma forma sobre a cidade de Lisboa através da voz de Fradique, o *alter-ego* do autor. Confessa que tem sabido a acusação dirigida a ele e uns outros camaradas de serem estrangeirados, afrancesados e de concorrerem para desportuguesar Portugal. Perante essa acusação, primeiro levanta o anglicismo como contraponto para desmentir a sua “perdida” admiração pela França:

A literatura inglesa, incomparavelmente mais rica, mais viva, mais forte e mais original que a da França, é tão ignorada, apesar de geralmente se saber inglês [...] Nunca a França tem um só poeta comparável aos poetas ingleses, a Burns, a Shelly, a Byron, a Keats, homens de emoção e de paixão, tão poéticos como os seus poemas. (220-222)

Acrescenta ainda, a seguir, uma análise com que revela a incompatibilidade do modelo francês para a imitação pelo espírito português, tanto ao temperamento como à cultura, concluindo que “A França é um país de inteligência; nós somos um país de imaginação” (220). Tendo destacado a inviabilidade de afrancesar o povo português, Eça desvaloriza quase toda a literatura francesa do último quartel do século como um “obsurecimento”, um “desaparecimento de Sol entre nuvens”, “um desequilíbrio, um enervamento”, a que só resta “Extravagância, banalidade!” (*idem*). Por tal razão, devido a uma má leitura e pura fantasia da cultura francesa, Portugal só poderia ser mais provinciano e periférico se continuasse iludido com a superioridade da França.

Segundo Maria Helena Santana, pode-se verificar essa rejeição da influência francesa e a afirmação da independência portuguesa em relação ao *Outro* gigante principalmente nas crónicas escritas na última década do século XIX. É a partir deste ponto, no entendimento de Benjamin Abdala Jr., que se encontra o esforço de Eça e da sua geração de “reaportuguesar Portugal”: “paralelamente à desvalorização da França, assistimos a uma reformulação da imagem de Portugal” (240). Embora celebrem as culturas germânicas em vez da francesa, isso não quer dizer que Portugal abrace uma nova suserania civilizacional para ser agora província cultural da Inglaterra ou da Alemanha. Como Elza Miné comenta sobre a exaltação da literatura inglesa citada acima, “A influência inglesa sobre Eça de Queiroz contribuiu apenas para desafrancesar o português” (60).

É precisamente neste contexto que Santana, Abdala Jr. e os outros críticos queirosianos interpretam o renascimento do nacionalismo no fim do século e

a produção de obras como *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras*, pois não restava a Portugal senão voltar-se a si próprio. Por isso, a desilusão da superioridade da cultura francesa e a desvalorização da França são marcadas como precondições da nova autoimagem lusófona no Eça da última fase e como respostas do autor às acusações de afrancesar/desnacionalizar Portugal.

No entanto, evidência não falta para indicar que o Eça ainda naturalista terá tido já a consciência da falsidade do francesismo. Quando o “Portugal rural, primitivo, alegre e genuíno” (Abdala Jr., 242) ainda estava por emergir na sua obra, um escritor tão irónico como Eça terá percebido e ridicularizado desde cedo o senso coletivo da inferioridade perante a imagem extravagante da civilização francesa, o qual penetra todas as camadas da sociedade portuguesa. Verificaremos que o francesismo tem sido sempre uma acusação inválida para Eça desde os seus romances do Naturalismo português, especificamente *O Primo Basílio*, publicado em 1878.

3. O francesismo satirizado n’O Primo Basílio

Criando uma cena doméstica lisboeta à volta do núcleo do adultério, Eça de Queirós oferece-nos um espectro amplo de mentalidades e personalidades portuguesas do período, temperando a história com uma narrativa saturada de ironia destinada a numerosos aspectos da vida burguesa de Portugal. Uma faceta interessantemente tratada é o discurso “na moda” da sociedade portuguesa (urbana) sobre si mesmo e o discurso sobre o *Outro*. Trata-se de um aspecto todo relevante pois há uma ligação natural entre ele e o problema central do adultério, o qual reflete vários males éticos e educacionais da sociedade portuguesa da época.

Nas palavras de diversas personagens do romance, por exemplo, nota-se facilmente uma ansiedade pelo estabelecimento de uma civilização avançada em Portugal, uma sede da ciência, do progresso e do moderno. Isso parece mais flagrante nas personagens masculinas, os únicos sujeitos que querem e são capazes de tocar nessa questão, entre os quais vale a pena sublinhar Julião Zuzarte e o Conselheiro Acácio.

Logo no início do Capítulo II, Julião é descrito como um homem “seco e nervoso”. Apesar do seu estado económico-social desfavorável, por “falta de chance” segundo ele, “tinha um orgulho resistente, muita fé nas suas faculdades, na sua ciência” (35). Sendo médico de profissão, creia cega e ferventemente na natureza absolutamente objetiva, neutra e material da sua ciência. Quando o conselheiro escandaliza o vácuo moral nos teatros anatômicos onde os estudantes atiram pedaços de membros humanos, Julião defende de imediato a suposta neutralidade da sua ciência: “Mas é como quem mexe em terra, Conselheiro!”(405).

Enquanto o pobre parente de Jorge anda com o orgulho da sua ciência, o erudito conselheiro mostra mais preocupações com a manutenção e a evolução

da civilização. São constantes os seus comentários sobre questões sociais que tomam como padrão universal a chamada “civilização”: “tão anticivilizadoras” (49), “Mas enfim a civilização era a civilização! E a escravatura era um estigma!” (127).

Certamente, não há nada ridículo em criticar em nome da civilização a escravatura ou a morte da mulher como castigo do adultério. O verdadeiro alvo da sátira caricatural será o tom exageradamente afirmativo e o orgulho provinciano com que comenta a ciência e a civilização. Além disso, o facto mais interessante é que as críticas sociais na boca das personagens são quase sempre ligadas, de forma direta ou indireta, ao discurso português sobre si mesmo. Por exemplo, ao queixar-se da indevida despreciação do seu “talento” e compromisso dedicados à sua grande ciência, Julião costuma culpar Portugal: “[...] porque enfim em Portugal, não é verdade? Nestas questões a ciência, o estudo, o talento são uma história; o principal são os padrinhos! Ele não os tinha” (230). Para Julião, Portugal representa não só uma sociedade provinciana e, até, anticivilizadora, mas também todo o velho mundo, o qual há de ser destruído por uma nova ordem: “O país está a preceito para um intrigante com vontade! Esta gente toda está velha, cheia de doenças, de catarros de bexiga, de antigas sífilis! Tudo isto está podre por dentro e por fora! O velho mundo constitucional vai a cair aos pedaços...” (491). A injustiça ou imperfeição, de facto, só se manifesta em certos casos específicos, mas o raciocínio procura sempre o mal na entidade chamada “Portugal”, utilizada como justificação para todos os atrasos e debilidades sociais. Tal raciocínio só pode ser gratuita e assertivamente formulado na mesma linguagem abstrata, vaga e grandiosa com que se expressa a ânsia pela concretização de uma civilização superior (mas utópica), em base dos valores mais exaltados pelo positivismo típico do século XIX.

Um outro exemplo dessa auto-desvalorização, generalizada no discurso quotidiano burguês português, aparece no comentário de Jorge, personagem menos satirizada no romance, quando passam por uma parede pintada com enormes figuras obscenas. Mais uma vez, o vício, a mancha, a desgraça, não é de quem as pintaram, mas é atribuído imediatamente à pátria em decadência: “Isto só em Portugal!” (477).

Adicionalmente, esse discurso da insatisfação geral com o próprio país só se completa ao construir a imagem de um *Outro* como padrão, como ideal, seja ele real ou imaginário. Neste caso, a França vem a preencher esse espaço da hegemonia cultural, da qual não há porta-voz melhor e mais ridículo do que o primo Basílio e o Visconde Reinaldo, os dândis verdadeiramente desnacionalizados.

Desde o primeiro momento em que Basílio entra na cena, é apresentado não como um português nem um francês, mas sim um afrancesado, afrancesado de aparência mais que de temperamento ou de cultura: “Nos últimos degraus da escada estava um sujeito, que lhe pareceu estrangeirado. Era trigueiro, alto, tinha um bigode pequeno levantado, um ramo na sobrecasca azul, e o verniz

dos seus sapatos resplandecia” (67). Na verdade, o sujeito nunca transmite nada da cultura francesa senão inventa o “dever” aristocrático de arranjar amantes, e só lhe resta exprimir com insultos o descontentamento com Portugal ou o desprezo pelo ambiente lisboeta.

A sua atitude negativa é dirigida para todos os aspectos de Lisboa, o clima, o vestuário, a comida, os costumes das senhoras...em suma, tudo o que marca uma diferença, ou uma inferioridade portuguesa materialmente. O excerto que segue será mais típico e demonstrativo:

De resto pelo que tinha visto, as mulheres em Lisboa cada dia se vestiam pior! Era atroz! Não dizia por ela; até aquele vestido tinha chique, era simples, era honesto. Mas em geral era um horror. Em Paris! Que deliciosas, que frescas as toaletes daquele verão! Oh! Mas em Paris!... Tudo é superior! Por exemplo, desde que chegara ainda não pudera comer. Positivamente não podia comer!—Só em Paris se come—resumiu. (73)

Digamos que o senso de superioridade que satura o discurso do homem viajado nasce apenas de uma observação do nível mais superficial, misturada com anedotas inventadas e preconceitos ridículamente expressos. O leitor não ficaria tão irritado se afirmasse como homem culto que “Só em Paris se lê”, mas a grande ironia do primo Basílio é declarar orgulhosamente: “Só em Paris se come”. Mesmo um homem tão acusado de ser afrancesado como o próprio Eça, enquanto confessa que “Os meus romances no fundo são franceses, como eu sou em quase tudo um francês”, não deixa de reconhecer humoristicamente o seu “gosto depravado pelo fadinho, e no justo amor do bacalhau de cebolada” (*Correspondência*, 331). E Fradique Mendes, o duplo do autor, não lamenta a falta do sabor francês em Lisboa senão o desgosto pela comida estrangeirada, questionando “Onde os pratos veneráveis do Portugal português?” (388).

Nesse aspecto, o Visconde Reinaldo não passa de um gémeo, uma réplica do Basílio, dândi afrancesado de maneira mais extravagante e superficial. Nas poucas páginas em que age e fala, não há um mínimo elemento português, por mais trivial que seja, que não o faça amaldiçoar revoltadamente a “abjeção” do país: “achava a temperatura de Lisboa reles; trazia lunetas defumadas; e andava saturado de perfumes, por causa ‘do cheiro ignóbil de Portugal’” (177). “Vinha de Benfica! Morto, absolutamente morto com aquele calor, de um país de negros” (316). Esse discurso do insulto direto a Portugal atinge o seu clímax no final do romance, depois da triste morte da protagonista. Ao regressarem a Lisboa os dois playboys, Reinaldo lança a sua derradeira e mais malvada praga após tudo aquilo cruel e irresponsável que o seu companheiro cometera à prima. Obviamente, não despreza nem se envergonha pelo seu país; simplesmente o odeia:

O transtorno nacional! Descarrilou tudo! Estamos aqui por milagre! Abjeto país! [...] Há um ano que a minha oração é esta: “Meu Deus, manda-lhe outra vez o terramoto!” Pois todos os dias leio os telegramas a ver se o terramoto chegou... e nada! [...] Está tudo cheio? Mas quem diabo se lembra de vir a Portugal? Estrangeiros? É justamente o que me espanta! (550)

Através de levar ao extremo esse discurso exagerado sobre si e sobre o *Outro* de um jeito patético e ofensivo, o objetivo do autor terá sido ironizar e ridicularizar essa opinião pública da época que desvaloriza tudo que é português e aceita automaticamente a superioridade de qualquer nação europeia, sobretudo a França. Se dermos uma olhada mais atenta a essa ideologia de desnacionalização, não necessariamente promovida pela Geração 70 mas amplamente veiculada entre os portugueses que sempre falam muito mas de facto sabem pouco do mundo exterior, concluiremos que se trata de um discurso marcado por mediocridade e superficialidade, construído com imagens estereotipadas e nascido da pura ignorância.

Para isentar a nossa observação de acusações de ser mal fundamentada, analisemos o discurso edificante da identidade—constituído pelo discurso de autoimagem e pelo discurso do *Outro*—em duas categorias. Por um lado, temos os sujeitos viajados, com experiência direta do estrangeiro, que funcionam como agentes que primeiro formulam e transmitem a imagem do *Outro*; por outro lado, temos os recipientes da experiência de segunda mão, que aceitam sem se afligir muito a hegemonia cultural das grandes civilizações europeias.

N'*O Primo Basílio*, os únicos que viajam para o estrangeiro terão sido Basílio e Reinaldo. O marido de Luísa também viaja, mas segundo o romance, não se sabe outro destino das suas viagens senão Évora, o interior de Portugal. É precisamente essa condição que permite aos dândis altamente afrancesados o máximo poder da palavra, ou seja, toda a autoridade em falar do estrangeiro. No entanto, como se pode notar dos casos citados acima, só são capazes de produzir observações preconceituosas superficiais no nível mais material e trivial, comentando arrogantemente o clima, a comida, o costume, etc., sem tocar nem sequer em questões sérias que são verdadeiramente relevantes ao progresso civilizacional.

No caso dos sujeitos com apenas experiências de segunda mão, esses recipientes passivos e cúmplices ativos da formação do discurso impatriótico ficam voluntariamente submissos ao discurso dos viajantes e à imagem falsa de uma França ou Inglaterra superior. Tomemos mais uma vez o “erudito” conselheiro como exemplo. Ao falar dos feitios das mulheres estrangeiras, identifica os viajantes como a sua origem confiável da informação e da opinião: “Viajantes instruídos têm-me afiançado que as inglesas são notáveis mães de família...” (412). Em resposta ao conselheiro, Saavedra contribui um comentário contrário mas igualmente medíocre e estereotipado: “Mulheres de gelo!” (*Idem*).

Nutridos todos de experiências indiretas e gravemente torcidas, só podem parecer ignorantes e provincianos vivendo inevitavelmente na sombra de um *Outro* fantasiado. Luísa, típica burguesa lisboeta, por se limitar no seu lar, sem possibilidade de viajar e conhecer o mundo como os homens, representa perfeitamente um sujeito que não terá outro remédio senão deixar ser manipulado facilmente pelo agente do poder hegemónico cultural alheio, isto é, o afrancesado primo Basílio. E essa vulnerabilidade derivada da ignorância ou falta da autonomia afeta também os homens com certa educação mas sem visão aberta e genuína, como o conselheiro, por exemplo. Na ocasião em que se compara a cidade de Lisboa com Paris, vemos claramente como o “francesismo” infeta os portugueses através de uma linguagem absolutamente assertiva de desnacionalização, sem ninguém conhecer e compreender verdadeiramente a cultura francesa:

Mas se já em Lisboa se não podia fazer nada, e era a capital do reino!

— E Basílio repuxava, todo recostado, o punho da camisa. —

Morria-se positivamente de pasmaceira. [...]

Acácio curvou-se:

— Nasci em Lisboa, e aprecio Lisboa, minha rica senhora.

[...] Conheço porém que não é para comparar aos Parises, às Londres, às Madris...

— Decerto — fez Luísa. (122)

Embora Luísa e Acácio não tenham saído do país para conhecer Paris, Londres e Madrid, o francesismo transmitido pelo primo Basílio é um discurso tão contagiante que qualquer português o aceitaria sem grande dificuldade. Nesse sentido, as razões que se têm encontrado para justificar o crime de Luísa, também são aplicáveis aos homens portugueses, cuja educação e visão parecem igualmente problemáticas como as de “as meninas da geração nova em Lisboa”.

4. Francesismo: um discurso feminizado e feminizante

Não se pode negar que a educação da mulher portuguesa é a lição moral mais direta e importante d'*O Primo Basílio*. O romance não deixa de ser revolucionário, como Eça insiste em carta a Teófilo Braga de março de 1878, porque ataca a família lisboeta como representante da sociedade portuguesa constituída em bases falsas e desmoralizadas. E segundo a leitura de Mário Sacramento, o problema mais essencial de Luísa não é a disfunção mas sim a ausência quase total de consciência moral, cuja manifestação terá sido o tédio:

Só o tédio, justifica nela o adultério [...] Luísa irá ao sabor das so-

licitações, porque nada a contém, definitivamente, nem o amor, nem a religião, nem uma consciência ética. Por isso, o verdadeiro romance do adultério é *O Crime do Padre Amaro* – na pessoa de Amaro.

O Primo Basílio é o romance do tédio. (138)

Enquanto Madame Bovary se revela como vítima de uma educação sentimental, Luísa demonstra principalmente a falta de educação e o consequente vácuo de espírito e de moral. Por isso, Sacramento define o caso de Luísa como o bovarismo reduzido à impotência (141). Trata-se de um tipo de pequena burguesa fracassada com os seus deveres éticos e o papel de mulher no contexto familiar e social a ver do romancista.

Para Eça, o problema de adultério, como os outros sintomas sociais, só ganhará o seu valor completo sendo correlacionado com o contexto da decadência geral de Portugal no século XIX e com o seu projeto da regeneração nacional. De facto, críticos como Mark Sabine e Ana Paula Ferreira creem que o discurso feminista e o nacionalista se interlaçam intensamente na construção literária e social de um Portugal novo na transição dos séculos, isto é, o género constitui uma questão-chave na discussão político-cultural dos intelectuais portugueses, sobretudo a Geração 70.

Estudando os dois romances naturalistas de Eça, *O Crime* e *O Primo*, junto com as críticas sociais do mesmo autor sobre a educação das filhas portuguesas, Sabine discerne muito bem a concepção do género em Eça como uma construção social, um sistema de identidade, em vez de um atributo inherentemente biológico. Em contraste com as ideias de Proudhon, Rousseau e Darwin, Eça demonstra muita afinidade ideológica com J.S. Mill, negando a teoria da predisposição das diferenças sexuais e valorizando a importância da educação infantil/juvenil na determinação do género psicológico da criança. Por exemplo, a feminização na educação do Padre Amaro é muito culpada pela sua natureza cobarde e pelos crimes que comete na sua vida adulta. Neste sentido, a noção de identidade sexual é, para Eça, mais estratégica do que essencialista.

Sendo o género flexível e manipulável no processo do seu *making*, como os outros feitos da personalidade que a educação nos pode causar, Eça realça flagrantemente a sua preferência pela formação de um temperamento mais “masculino” tanto nos homens quanto nas mulheres. O artigo “As Meninas da Geração Nova em Lisboa e a Educação Contemporânea” é mesmo exemplar dessa inclinação, em que defende o valor da virilidade do corpo e do pensamento. Não será coincidência isto ir ao encontro da teorização de George L. Mosse sobre o nacionalismo e a sexualidade na Europa oitocentista, apesar de o seu estudo ter uma maior ênfase nos países germânicos. Na descrição de Mosse do século XIX, em que emerge a sociedade burguesa moderna, “Masculinity provided the norm for society [...] Masculinity meant depth and seriousness,

while the feminine was shallow and often frivolous" (16-17). Daqui em diante, esse entendimento só serve como ponto de referência para lermos os textos e interpretar a intenção do autor de uma maneira bem contextualizada, sem pretender justificar qualquer estereótipo ofensivo da época.

No ensaio referido, a primeira debilidade que Eça aponta nas meninas lisboetas é a anemia, consequência da falta de exercícios físicos, em contraste com uma menina inglesa, "que tem por dever moral, como a oração, o passeio — o largo passeio, de grande respiração, de livre horizonte, bem marchado durante duas horas, sem preocupação elegante, todo de disposição higiénica" (*As Farpas*, 414). Na perspectiva de Eça, uma condição higiénica da saúde é um pré-requisito da higiene mental, e nesse aspecto, mais uma vez, as mulheres germânicas, em vez das francesas, servem como exemplos para as portuguesas seguirem: "Uma alemã, uma inglesa, anda como pensa — direita e certa" (*idem*). E nesse artigo, a presença francesa só aparece como um elemento negativo: critica violentamente em longas páginas a moda de *la toilette*. Enquanto Eça aprecia muito a masculinidade nas inglesas e alemãs, nomeadamente "bom sangue vermelho, forte músculo, ampla respiração, cabeça fresca, digestão de aço", a febre cega pela moda francesa é condenada como uma falta do juízo coletiva porque "A moda destrói a beleza e destrói o espírito" (417). Além disso, o facto mais patético e irónico nesse fenómeno é que as meninas portuguesas admiraram ferventemente as coisas francesas, na base de um mal-entendimento do gosto francês, enquanto "Paris não lhes daria a maçã" (416).

Se a virilidade com que uma mulher virtuosa "anda como pensa" é o remédio que Eça recepta às "meninas da geração nova em Lisboa", não deixa de criticar a ausência dela nos homens portugueses que vivem na crise *fin-de-siècle*. Por um lado, exprime essa opinião nas suas crónicas: "O homem, à maneira que perde a virilidade de carácter, perde também a individualidade de pensamento" (2004:31). Por outro lado, mantém a consistência de opinião na sua escrita de ficção, por exemplo, n'*O Primo Basílio*, cuja protagonista reflete vários sintomas da sociedade portuguesa, nomeadamente a admiração pela França ou pelo afrancesado, o senso de inferioridade como uma portuguesa, a ignorância da realidade estrangeira, a escassez da experiência de viagens, a leitura exclusiva de romances do romantismo pouco nutritivos, a facilidade de ser manipulada, etc. — em resumo, a falta da individualidade de pensamento e da virilidade de carácter. Entretanto, as personagens masculinas do romance, de facto, revelam em si exatamente os mesmos vícios como os de Luísa, que devem ser responsáveis pelo seu adultério escandaloso. Se todas essas características definem, para Eça, a ausência da masculinidade, ou seja, o carácter feminino, todo o Portugal é feminizado no retrato coletivo que se apresenta n'*O Primo Basílio*: o conselheiro igualmente manipulável como Luísa perante o discurso influente do francesismo do primo Basílio, os homens que viajam tão pouco como as mulheres, o Basílio

com o mesmo gosto de leitura como a sua prima pela literatura barata romântica, o Paulo tão entusiasmado com as “fofocas” da rua como Leopoldina...

Em suma, se, na opinião de Eça, o género é uma construção social ou uma definição do carácter, a personalidade coletiva da nação portuguesa parece realmente feminizada na narrativa queirosiana. Na verdade, essa imagem de Portugal nas relações civilizacionais não é feminizada pela França, mas sim pelo francesismo, isto é, uma representação longe da realidade (embora se possa argumentar que qualquer imagem do *Outro*, por ser representação, é torcida até certo ponto) e um discurso saturado de inferioridade que define a identidade nacional. A “large metaphor” da França nas palavras de Harold Bloom, então, não lança sombra sobre Eça, mas sim sobre as personagens satirizadas pelo autor na sua representação caricatural. A cena em que se desenrola a história é sempre Lisboa, apesar de se receber cartas da Évora ou de Paris. Ou seja, a imagem da França nunca chega a ser concretizada, deixando espaço para mito e fantasia. A partir desse mito, os afrancesados (Basílio e Reinaldo) fabricam e aproveitam, sendo agentes do *Outro* supostamente superior, o discurso enganador do francesismo e as vítimas como Luísa caem facilmente, não necessariamente na armadilha do adultério, mas sim na armadilha discursiva, participando inconscientemente na autodesvalorização e na admiração fanática pelo *Outro* deslumbrante. Neste sentido, o francesismo é uma força discursiva, ao mesmo tempo feminizada e feminizante, que ativamente traça e reforça uma realidade provinciana.

5. Conclusão

O francesismo, apesar de ter sido uma acusação contra Eça de Queirós, constitui sempre um elemento negativo na escrita queirosiana, não somente nas crónicas escritas na última década da sua vida, mas também na fase dos seus primeiros romances naturalistas como *O Primo Basílio*. Embora a França seja convencionalmente definida como “o contrário do provincianismo”, vemos bem claramente que Eça utiliza a imagem da França, quer no romance quer no artigo “O ‘francesismo’”, como um elemento negativo. Verificando minuciosamente a presença desse elemento n’*O Primo Basílio*, o francesismo, como um discurso da desvalorização da autoimagem e da idealização gratuita do *Outro* fantasiado, equivale-se, precisamente, ao provincianismo, porque se trata de um preconceito cultural baseado em observações superficiais, opiniões mediocres, obsessões triviais e uma ansiedade típica da província pela ciência, pelo progresso e pela civilização central. Como Álvaro Manuel Machado comenta, o termo “francesismo” serve principalmente “para caricaturar o provincianismo do português pretensamente civilizado, o português que já não sabe ser português autêntico” (74).

Uma das primeiras defesas contra a acusação de Eça do francesismo é oferecida por P. Hourcade em 1936. Este pretende provar a “injustiça da acusação que fazem a Eça de Queirós de ser um escritor desnacionalizado”, argumentando que o que Eça procurou na cultura francesa “foram os meios de regenerar a cultura nacional”. Porém, Eça também tem consciência do perigo de deixar essa estratégia afrancesar Portugal: “No dia em que considerou a influência francesa como prejudicial ao seu país, no dia em que julgou reconhecer uma antinomia completa entre o espírito francês e o que se lhe afigurava ser o autêntico temperamento nacional, proclamou-o com a mesma lealdade, a mesma precisão” (76).

Através da nossa análise do discurso do francesismo presente na sociedade portuguesa, percebe-se que a justificação da prevalência dessa ideologia coincide com os motivos responsáveis pelo adultério da protagonista: ignorância, lassidão do corpo e da mente, conhecimento limitado, passividade na recepção da moda estrangeira, a obsessão com a trivialidade, em síntese, a falta da “virilidade do carácter” e da “individualidade do pensamento”, nas palavras do próprio autor. Esse mal pertence não só à Luísa, representante da burguesa lisboeta, mas também às personagens masculinas igualmente mal instruídas e manipuláveis. Na formação desse temperamento nacional “feminino”, o francesismo aparece como causa e resultado ao mesmo tempo, quer dizer, é feminizado e feminizante. Trata-se de um processo em que as imagens dos papéis e das responsabilidades dos dois géneros no microcosmo de família “were transferred symbolically to the macro domain of the nation” (Day, 119).

Ao fechar essa discussão, lembra-se da cena no romance em que o primo Basílio decide realizar o seu plano de sedução:

“—A ela! — exclamou com apetite. — A ela, como São Tiago, aos mouros!”
(76)

É deliciosa a metáfora genialmente elaborada, que utiliza uma conquista político-militar para simbolizar a possessão carnal. De modo oposto, não seria menos interessante ou relevante, como creio, ver a história amorosa no núcleo da narrativa como uma metáfora do diálogo cultural transnacional entre o Portugal de Eça e as grandes potências europeias.

Obras citadas

- Abdala Jr., Benjamin. *Eça de Queirós*, Leituras brasileiras e portuguesas. Org. Ecos do Brasil. São Paulo: Senac Editora, 2000. Impresso.
- Bloom, Harold. “José Maria Eça de Queiroz”. *Genius: a Mosaic of One Hundred Exemplary Creative Minds*. New York: Warner Books, 2002. Impresso.
- Cabral, António. *Eça de Queiroz*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1944. Impresso.
- Chaves, Castelo Branco. “Prefácio”. *Eça de Queirós e a França*. Lisboa: Seara Nova, 1936. Impresso.

- Coelho, Teresa Pinto. "Eça de Queirós: A European Writer". *A Companion to Portuguese Literature*. Woodbridge UK: Tamesis, 2009. Impresso.
- Day, Graham; Thompson, Andrew. *Theorizing Nationalism*. Hampshire: Macmillan, 2004. Impresso.
- Hourcade, P. *Eça de Queirós e a França*. Lisboa: Scara Nova, 1936. Impresso.
- Machado, Álvaro Manuel. *O "Francesismo" na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação, 1984. Impresso.
- Miné, Elza. "Páginas flutuantes". *Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. São Paulo: Cotia, 2000. Impresso.
- Mosse, George L. *Nationalism and Sexuality: Middle-Class Morality and Sexual Norms in Modern Europe*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985. Impresso.
- Nunn, Frederick M.. "Eça de Queiroz, Francesismo and Plagiarism". *Luso-Brazilian Review*, Vol. 5, No. 1 (Summer 1968). 101-105. Impresso.
- Pessoa, Fernando. *Textos de Crítica e de Intervenção*. Lisboa: Ática, 1980. Impresso.
- Queirós, José Maria Eça de. "A Correspondência de Fradique Mendes". *Obras de Eça de Queiroz*. Vol. VI. Porto: Lello&Irmão, 1947. Impresso.
- _____. *As Farpas*. Cascais: Principia, 2004. Impresso.
- _____. *Correspondência*. Vol. I. Lisboa: Caminho, 2008. Impresso.
- _____. "O 'francesismo' ente depois de 1640 como uma rea tal provocaçna, afinal, tal. Emopreende-se o francesismo emergente depois de 1640 como uma re". *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Vol. VI, 2^a ed. Lisboa: Editorial VERBO, 2000. 219-223. Impresso.
- _____. *O Primo Basílio*. Porto: Lello&Irmão, 1945. Impresso.
- Sabine, Mark. "Sexual Difference and Gender Dysphoria in Eça de Queirós's *O Primo Basílio* and *O Crime do padre Amaro*". *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 12 (2007). Dartmouth: University of Massachusetts Press. 117-137. Impresso.
- Sacramento, Mário. *Eça de Queirós, Uma Estética da Ironia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2002. Impresso.